

RIO DE JANEIRO: DA CIDADE INSALUBRE À VERSALHES TROPICALHumberto Fernandes Machado¹**RESUMO**

Na segunda metade do século XIX, foram apresentadas propostas de modificação do espaço urbano do Rio de Janeiro, em função dos discursos dos viajantes, médicos e engenheiros que criticavam as condições sanitárias da cidade, e seu aspecto identificado com a escravidão. Essas reformas, inspiradas nos ideais de progresso e civilização, estabeleciam como paradigmas os modelos urbanísticos europeus, em especial da França. Esses projetos visavam à modernização urbana, de acordo com os esforços de higienização, de combate a epidemias e de controle social, culminando nas reformas Pereira Passos que modificaram significativamente a cidade.

Palavras chave: Rio de Janeiro; reformas urbanas; Pereira Passos.

ABSTRACT

Modifications of Rio de Janeiro's urban space were proposed, according to the speeches travelers, doctors and engineers who criticized the sanitary conditions of the city, in the second half of the nineteenth century, and its aspect identified with slavery. These reforms were inspired by the ideals of progress and civilization, and based on European urban models, especially in France. They wanted the urban modernization, for social control, combat epidemics diseases culminating in Pereira Passos reforms that significantly changed the city.

Keywords: Rio de Janeiro - urban reforms - Pereira Passos.

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

O estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, transformou a cidade na sede do poder político e no principal centro econômico do Império Lusitano. A abertura dos portos provocou considerável intensificação no fluxo de mercadorias, riquezas e ideias, que alterou o seu cotidiano: o pequeno burgo assumiu cada vez mais ares cosmopolitas. A sua fisionomia foi se modificando a tal ponto que na metade do século já possuía problemas inerentes a um grande núcleo urbano, reflexo também do crescimento demográfico. Até 1850, a maciça presença de escravos converteu o Rio de Janeiro na maior cidade escravista das Américas. O recenseamento de 1849 registrou 78.855 escravos e 10.732 libertos, ou seja, quase a metade do total dos 205.906 habitantes da cidade. (KARASCH, 2000, pp. 109-112). Em 1872, esse número reduziu-se a 48.939: 17,8% de um total de 274.972 habitantes, situação decorrente da paralisação do tráfico africano e da venda de escravos para as áreas rurais, especialmente a cafeeira, além das altas taxas de mortalidade provocadas pelas epidemias de cólera e febre amarela. (ABREU, 1988, p. 54; CHALHOUB, 1990, p. 199; KARASCH, 2000, p. 109). Entre 1844 e 1878, 231.000 imigrantes ingressaram no Brasil pelo porto do Rio de Janeiro, em um fluxo que se manteve elevado até o início do século XX. O Rio de Janeiro enfrentava inúmeros problemas sociais, provocados, em parte, por seu crescimento rápido e desordenado. À época das reformas Pereira Passos (1902-1906), o Rio possuía 805.335 habitantes. (ALENCASTRO, 1997, pp. 25-30; LOBO, 1978, vol. 2, p. 828)

O espaço físico da cidade também sofreu modificações. No século XIX, o Rio, propriamente dito, não se restringia mais às fronteiras das quatro elevações a que antes se circunscrevia (os morros de Santo Antônio, Conceição, São Bento e Castelo). Para o norte, ultrapassou a “cidade nova” e alcançou São Cristóvão e Engenho Velho (atual Tijuca). Na direção sul, Catete, Laranjeiras e Botafogo foram gradativamente incorporados à área propriamente urbana, com a construção de mansões e casarões para atender aos ricos comerciantes e à burocracia governamental. Cabe salientar que a ocupação dessa região foi facilitada pelo estabelecimento das linhas de bonde. Copacabana, por exemplo, ainda era um imenso areal em 1880, quando os primeiros trilhos foram instalados. (BENCHIMOL, 1992, pp. 102-104)

À medida que se caminhava do centro para os arredores, as casas se tornavam mais raras, predominando o ambiente rural, marcado pela presença de uma

pequena produção de subsistência que abastecia a cidade. As distâncias começaram a se tornar mais curtas com o desenvolvimento dos meios de transporte. A abertura de ferrovias, em direção à zona norte e aos subúrbios, permitiu que espaços até bem pouco tempo precariamente povoados fossem incorporados ao Rio de Janeiro. As linhas de bonde, além de facilitar a ligação com a parte sul da cidade, mudaram substancialmente os hábitos da população. O prussiano Koseritz estranhou, em 1883, o burburinho causado pela “trepidação das grandes carroças de cargas” e o “rolar dos bondes” que cruzavam as ruas. (1980, p. 57)

Embora o centro do Rio de Janeiro concentrasse ainda maciçamente a população e as atividades econômicas, foi na segunda metade do século XIX que algumas regiões periféricas perderam suas características rurais. Em um primeiro momento, afastaram-se apenas os mais ricos, em busca do conforto e salubridade das chácaras. Atesta tal mudança os desdobramentos das freguesias mais próximas ao centro, com a criação de novas divisões administrativas, de forma a melhor refletir a nova concentração populacional.

Foram criadas as seguintes freguesias: São Cristóvão (originária do Engenho Velho, em 1856), Espírito Santo (em 1865, a partir de áreas originárias das freguesias de São Cristóvão, Santo Antônio e Engenho Velho). Na Zona Sul, a Gávea, em 1873, foi desmembrada da freguesia da Lagoa. Enquanto em 1799, existiam quatro freguesias urbanas e oito rurais, em 1856 a cidade passou a contar com nove urbanas e oito rurais. O aumento populacional das freguesias urbanas, que não faziam parte do centro da cidade, foi muito superior ao da área rural e da região central, como pode ser comprovado pelos censos de 1872. O bairro de São Cristóvão, por exemplo, duplicou o número de habitantes, entre 1879 e 1890, aumentando percentualmente 10% a mais que a população da cidade como um todo e 30% a mais que a da freguesia de Santana, então a mais populosa. Era a própria cidade que se expandia, alargando as fronteiras de seu perímetro urbano através do surgimento de novos bairros residenciais. (LOBO, pp. 225-228)

Na Zona Portuária, em quarteirões insalubres, compreendendo os atuais bairros da Gamboa, da Saúde e de Santo Cristo, erguiam-se armazéns e trapiches onde se guardavam os produtos destinados à exportação, principalmente o café, ou ao abastecimento do Rio de Janeiro. (BENCHIMOL, 1992, pp. 50- 53) Em direção à Zona

Norte e aos subúrbios, além das linhas de bonde, os trilhos da ferrovia permitiam, como já mencionado, que espaços até então precariamente povoados fossem incorporados à cidade.

O centro da cidade tornou-se o local privilegiado pelos “*flâneurs*” (BENJAMIN, W, in KOTHE, 1985), em especial a Rua do Ouvidor, que exercia um fascínio emblemático para as elites que incorporavam novos hábitos. Lá se encontravam as lojas que exibiam as últimas novidades da moda europeia. Os trajes masculinos acompanhavam o rigor da moda inglesa, enquanto as mulheres se deliciavam com os ornamentos encontrados nas lojas de comerciantes franceses. Chapéus e bengalas eram acessórios obrigatórios para os homens elegantes, que vestiam casacas de casimira inglesa, mesmo no calor escaldante do Rio de Janeiro, não dispensando a cartola e as luvas. Koseritz ironizava as mulheres que usavam

luvas de couro dinamarquês, que têm 25 botões, e que sobem até as axilas [...] que tem [...] a vantagem não desprezível de fornecer um emprego ao tempo das damas, porque cerca de uma hora e meia são necessárias, (e com a maior prática), para abotoar estas luvas.

Vestidas dessa forma, as “damas” ou os “cavalheiros” frequentavam as lojas que exibiam em suas “enormes vitrinas os frutos mais elegantes” da moda parisiense que, segundo o prussiano, serviam para a “ruína dos esposos e pais de famílias”. (1980, p. 55)

As lojas da Rua do Ouvidor expunham, além da “última moda parisiense”, os perfumes que deveriam torná-la a mais cheirosa da cidade. Porém, as essências, acondicionadas em belos frascos, não conseguiam eliminar os odores fétidos, principalmente à noite, decorrentes dos barris não tampados, que continham as fezes, levadas pelos escravos – os tigres – para serem jogados ao mar. Von Leithold, um prussiano que esteve no Rio de Janeiro na década de 1820, criticava as condições sanitárias das casas: “Não existem privadas em casa alguma; vasos noturnos fazem o serviço, os quais são removidos pelas ruas menos construídas ou esvaziados em quintais e jardins pelos escravos”. (1966, p. 29) Anos depois, as condições sanitárias continuavam as mesmas. O americano Thomas Ewbank, ao percorrer a cidade na década de 1840, assinalava que

aqui não existem esgotos nem sentinas – nem privadas – nem mesmo quando existem anexos aos edifícios, pátios e jardins espaçosos. O uso de tambores fechados é universal [...] Transportados nas cabeças dos escravos, são esvaziados toda noite em certas partes da baía [...]

Mais adiante ironizava e, ao mesmo tempo, alertava para o perigo de andar pelas ruas do Rio de Janeiro, após as vinte e duas horas, “não é seguro nem agradável”. (1976, pp. 75-76)

O sistema de esgotos do Rio de Janeiro só foi implantado em 1862, por uma firma inglesa, Rio de Janeiro City Improvements Company Ltd. (GRAHAM, 1973, p. 121) Poucas casas recebiam água encanada. Von Leithold condenava as casas da cidade que “não têm alicerces. As tábuas do soalho são pregadas em dormentes fixados, sem a mínima proteção, diretamente ao chão; é fácil imaginar, em consequência, os efeitos nocivos da umidade para a saúde, sobretudo na época das chuvas”. (1966, p. 11) Alguns anos depois, o panorama parecia ser o mesmo para Tomas Ewbank: “Não existe o que nossos construtores chamariam de bela fachada, pois todas as entradas ficam no nível da rua [...]”. (1976, p. 74)

O Rio de Janeiro possuía características bastante especiais. O seu traçado urbano, aparentemente irregular, convivia com a paisagem natural da baía, das montanhas e da mata. Os hábitos europeizados das elites contrastavam com a maciça presença dos escravos. Acrescente-se às mudanças que estavam ocorrendo, a constante circulação de estrangeiros, a partir de 1808, marcando também o início de um processo de questionamento do seu ordenamento urbano e de suas construções. As críticas se apoiavam em modelos arquitetônicos europeus e influenciaram as propostas de reformulação da cidade no século XIX.

A permanência de uma vida urbana, ainda basicamente colonial, destoava dos padrões europeus, em especial da França e da Inglaterra. Paralelamente, as narrativas desses viajantes almejavam uma legitimidade científica a partir da valorização do progresso e da civilização. O olhar civilizador desses estrangeiros marcou profundamente as elites brasileiras, na medida em que elas desejavam se libertar do “atraso”, vinculado à herança colonial representada pela escravidão e seu legado. Rugendas, por exemplo, ao percorrer a cidade, em 1826, assinalou que o Rio de Janeiro era “desprovido de edifícios realmente belos”. Sobre o Paço Imperial, por

exemplo, ele o definiu como “um edifício vasto e irregular, da pior arquitetura”. O seu olhar perspicaz incidiu sobre o casario do centro da cidade, descrevendo-o com riqueza de detalhes, bastante minuciosos e críticos.

[...] as ruas são estreitas, mas regulares cortam-se em ângulos retos e quase todas são calçadas e providas de passeios. As casas desse bairro são em geral altas e estreitas. O telhado é pontudo e nada em sua construção lembra o clima dos trópicos. Tem quase sempre três ou quatro andares e somente três janelas nas fachadas. Como as janelas são muito compridas, a desproporção existente entre a altura e a largura das casas torna-se mais chocante. (1967, p. 20)

Esse “olhar europeu” via essas habitações como horrorosas, pobres e inadequadas ao clima tropical, embora, em alguns relatos, ressaltava-se que havia certa incorporação de características nativas. As moradias urbanas, de uma maneira geral, eram pequenas, mal iluminadas e com pouca ventilação. Von Leithold narrou detalhadamente o interior das casas térreas que dominavam a paisagem da cidade.

A maioria das casas é de um só pavimento e apenas uma janela, que, em muitas, é inteiramente de madeira; isto é, fechada por uma grade de trama apertada como as de nossos galinheiros ou pombais. Também a porta exterior é provida de grade semelhante, que serve também de janela. Por essa porta entra-se na única e exígua peça da casa. Ao lado fica uma alcova menor e, para o quintal, atrás, a cozinha e mais um pequeno quarto, que tem, no telhado de grandes telhas de canal, uma janelinha de vidro por onde entra a luz. (1966, p. 11)

A ausência de conforto e de condições higiênicas razoáveis provocava inúmeras críticas por parte desses viajantes, muitos deles parte das elites europeias. Carl Seidler, um oficial alemão que atuou como mercenário no exército imperial, legou-nos interessante descrição da cidade, em 1835. As ruas do Rio de Janeiro, para o autor, eram “tortas e estreitas”, com casas “baixas, sujas e edificadas em estilo vulgar”. O autor destacou que apenas as residências mais ricas possuíam tapetes e que, de uma maneira geral, elas se caracterizavam pela inexistência de “elegância, simetria ou conforto no interior” que “muitas vezes o rés do chão não é assoalhado”. (1980, pp. 45-47)

Não eram apenas os estrangeiros que, apesar de muitas vezes carregarem nas tintas, desancavam as condições urbanas da cidade. Joaquim Manuel de Macedo, por exemplo, descreveu a casa de um comerciante açoriano que morava na Rua da Vala (atual Uruguaiana). Ela possuía dois pavimentos: a loja e o sótão. No andar térreo, havia uma saleta, que separava a loja, propriamente dita, – “uma espécie de confeitaria” –, dos aposentos residenciais, uma sala de jantar e a cozinha. Na parte da frente da casa existiam duas portas e nos fundos da casa, um quintal comunicava a cozinha com um portão, que se abria para uma rua transversal. O andar superior – o sótão –, contava com apenas dois quartos de dormir, cada qual com uma janela, fechada de cima para baixo com “varões de ferro”. (MACEDO, 1988, p. 28)²

Percebe-se, na narração do autor, que havia uma relação estreita entre o espaço da loja, público, e o privado, onde se encontravam os aposentos do comerciante. A utilização de parte da casa para uma atividade comercial demonstra a existência de uma fronteira tênue entre os dois recintos, nas residências do período. Dos prédios da administração pública às casas residenciais, era comum encontrar este convívio entre atividades voltadas para o público e a vida familiar propriamente dita. Assim, a casa apresentava-se com maior grau de vulnerabilidade aos apelos da rua, embora dentro de cada uma, a arquitetura colonial garantisse um razoável nível de privacidade.

Em relação à arquitetura do Rio de Janeiro, percebe-se, desde a chegada da família real, o desejo por parte das autoridades governamentais de interferir no espaço urbano, adaptando-o aos “novos tempos civilizados”. Mas, somente no final do século XIX o Rio conhecerá os primeiros planos de cirurgia urbana, através de reformas mais amplas. Claro que, algumas medidas, tomadas ainda na primeira metade do século XIX, já demonstravam o objetivo de normatizar a vida da cidade.

Por exemplo, o próprio Macedo nos informa que, ainda em 1809, o Intendente de Polícia, Conselheiro Paulo Fernandes Viana, ordenou a abolição de “rótulas e gelosias dos sobrados, costume quase bárbaro e de raiz mourisca”. Mais adiante, o autor lamentava que ainda se conservavam, na sua época (1878), alguns

² Essa obra foi escrita em 1878, no entanto o autor descreve, nessa parte do livro, a cidade do final do século XVIII.

“exemplares daquelas casas antigas”, resistentes à “civilização”. (1988, pp. 63-64)³ Claro está que Macedo tinha como ideal os paradigmas arquitetônicos europeus. Iluminação e ventilação dos ambientes domésticos eram as justificativas apontadas para a medida.

A adoção de um sistema de numeração das casas, em 1824, com placas indicando o nome das ruas, facilitava a circulação na parte central da cidade. Inspirado no sistema adotado em Paris, estabelecia a colocação ordinal dos números: os pares à direita e os ímpares à esquerda. A numeração partia do Largo do Paço em direção à Rua da Vala (atual Uruguaiana), limite da região que, na época, era a mais densamente povoada. O inglês Robert Walsh, em 1828, assinalou que “[...] todas as casas são numeradas de uma maneira mais prática do que a usada por nós [...]”. (1985, vol. 1, p. 195) A medida visava a dar um caráter “civilizado” à cidade, e se vinculava à localização mais fácil dos logradouros e construções.

Mas, como já assinalamos, eram as condições sanitárias das casas, e da própria cidade, que sofriam as mais pesadas críticas. Elas não se enquadravam nos novos e saudáveis padrões higiênicos, impostos pela civilização europeia e adotados pelas elites brasileiras. Diagnosticada como suja, doente e perigosa, a cidade deveria ser submetida a tratamentos que possibilitassem uma normalização da vida social. Tratava-se de incorporar procedimentos semelhantes aos europeus para debelar e controlar as doenças epidêmicas, das quais a peste, a cólera e, especialmente, a febre amarela eram os melhores exemplos. Acreditava-se que a disseminação das doenças era facilitada pelos “miasmas” – “pestíferos gases” –, que contaminavam os ares. Originados principalmente das águas paradas ou servidas, eles seriam os responsáveis pela propagação dos males.

A febre amarela, entre 1849 e 1850, infectou 90.658 pessoas, provocando 4.160 óbitos, em uma população de 166.000 habitantes, apesar de o governo, segundo Jaime Benchimol, “[...] proibir, desde os primeiros dias, a publicação dos obituários.” (1992, p. 113) A proibição não impedia que a doença atingisse de forma indiscriminada as elites. Como Luiz Felipe de Alencastro destaca: “Ao longo do

³ Essas rótulas se assemelhavam a grades de madeira, voltadas para a rua, possuindo gelosias, pequenos postigos que permitiam a vista da parte externa da casa e, ao mesmo tempo, impedia a visão do seu interior. Conforme Macedo, eram “grandes gaiolas, onde os pais e maridos zelavam sonegadas à sociedade as filhas e esposas”, p. 64.

século XIX, quem dançava no Rio em fevereiro e março era a morte, a Grande Ceifeira.” (1992, p. 67) A febre amarela tornou-se endêmica, além dos surtos de cólera e varíola que dizimavam uma parcela expressiva da população e atingiam outras províncias.

Assim, o Rio de Janeiro era visto como um “corpo doente”, carente de intervenção cirúrgica para eliminar as mazelas existentes. As características geográficas da cidade, cercada de morros, de solo pantanoso e litoral irregular, somadas ao crescimento urbano desordenado, com ruas estreitas, iluminação precária e mal ventiladas, praticamente sem abastecimento de água, além da inexistência de rede de esgoto, explicariam a concentração de “exalações miasmáticas”.

As casas, principalmente dos segmentos mais pobres, eram consideradas locais privilegiados para a propagação das doenças. A ausência de ventilação nos quartos úmidos e escuros, fechados pelas estreitas janelas, e o calor sufocante do Rio de Janeiro, em especial no verão, facilitavam a existência dos mosquitos transmissores da febre amarela. A sua insalubridade era derivada, conforme os sanitaristas da época, do “péssimo sistema de distribuição interna” porque inexistia um “rigor científico” na sua construção e eram “[...] desprovidas dos meios de ventilação e de renovação do ar nos quartos de dormir e de muitos outros cômodos [...]”. Acrescente-se a essas condições as “[...] alcovas úmidas, escuras e sufocantes, corredores estreitíssimos e sempre esse esgoto na cozinha, essa sujidade bem junto à preparação dos alimentos cotidianos [...]” (AZEVEDO, Luiz Correa de. *Discurso na Imperial Academia de Medicina*, in COSTA, 1983, p. 111)

Essas concepções não se restringiam às casas, já que as elites desejavam apresentar o Rio de Janeiro dentro dos novos padrões de progresso e civilização. Como consequência, começaram a ser tomadas as primeiras medidas de intervenção do espaço urbano visando ao saneamento da cidade. Naquele momento, através do discurso sanitarista, o governo deu início a projetos que previam a eliminação dos pântanos, “focos de exalação de miasmas”, e dos morros “[...] porque impediam a circulação dos ventos purificadores e porque deles escoavam as águas dos rios e das chuvas [...]” que tornavam a cidade “pantanosa, úmida e calorenta”. (BENCHIMOL, 1992, pp. 116-117)

As propostas de reformas eram derivadas do modelo que estava sendo implantado nas cidades europeias a partir das modificações feitas em Paris pelo Barão Haussmann.⁴ (IDEM, p. 192) Ele privilegiava a facilidade de circulação e substituir becos e ruelas, do centro urbano tradicional, locais tradicionalmente ocupados pelas “classes perigosas”, por ruas largas, avenidas e boulevares. Os amplos jardins e as praças complementariam ainda mais os espaços direcionados para a emergente burguesia. As melhorias urbanas, como iluminação de vias públicas, as primeiras redes de água e esgoto, calçamento e pavimentação de ruas, estimulariam novos hábitos de sociabilidade.

Esses projetos, por um lado, visavam a dotar as cidades de uma melhor infraestrutura e funcionalidade, além de beleza. Por outro, relacionavam-se aos esforços das autoridades sanitárias de ordenar o espaço urbano, um anseio das elites que, como já assinalamos, tinham como paradigmas as cidades europeias. Esse novo quadro também ensejava a valorização crescente do solo urbano nas áreas mais bem servidas pelo poder público, a especulação imobiliária e a distinção nítida entre centro e periferia nas metrópoles assim reformadas.

O Rio de Janeiro, como centro cosmopolita que absorvia as ideias e os costumes da Europa, não ficou imune a essas novas concepções. Afinal, era preciso eliminar a herança colonial, que representava o “atraso”, e as vielas por onde proliferavam, além das doenças, toda a sorte de “imundícies”, especialmente nas áreas centrais, onde existiam pequenas oficinas e manufaturas, além de cortiços, estalagens e hospedarias, locais insalubres que abrigavam boa parcela da população trabalhadora, ex-escravos e imigrantes pobres. A cidade “civilizada”, branca, europeia deveria substituir a cidade “negra”, quilombada, com suas ruas que abrigavam as “classes perigosas”. As “duas cidades” já conviviam: a primeira, branca, símbolo do “progresso” e da “civilização”, a segunda, negra, com um perfil oriental e africano. O objetivo, portanto, era transformar a fisionomia, assim como os costumes, do Rio de Janeiro de *fin de siècle*.

⁴ Georges Eugène Haussmann, nomeado por Napoleão III prefeito de Paris (1863-1870), empreendeu inúmeras obras que transformaram a cidade em uma metrópole cortada por imensas avenidas, eliminando-se as ruas estreitas. Haussmann influenciou muito o Prefeito Pereira Passos.

Vários projetos de urbanização e saneamento foram debatidos e apresentados ao longo das duas últimas décadas do Império. Constituiu-se uma Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1874, formada por engenheiros, como Francisco Pereira Passos, Jerônimo de Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva. A Comissão ficou incumbida de traçar um plano de reformas integrado, com o alargamento e abertura de diversas ruas, criação de novas praças, para facilitar a circulação, melhora das condições de higiene e embelezamento da cidade. No entanto, ela se limitou a cuidar, inicialmente, de problemas que afetavam a área entre o Campo da Aclamação (atual Campo de Santana) e a raiz da Serra do Andaraí. Justificava sua opção por ser essa área a que oferecia melhores condições para o desenvolvimento da cidade e cujas obras seriam menos dispendiosas. Deve-se destacar que a família imperial residia nesse perímetro urbano, buscando, portanto, a Comissão dar prioridade aos melhoramentos que revertissem em benefício da Corte. (BENCHIMOL, 1992, pp. 138-140)

A Comissão projetou o crescimento da cidade, a partir da chamada Cidade Nova, na direção de São Cristóvão, Vila Isabel e Tijuca. O canal do Manguê retificado seria transformado no eixo central de largas avenidas, com rios canalizados, parques e um novo cais interligado à ferrovia. Regras rígidas também seriam aplicadas à construção de moradias na nova área urbana. Os objetivos eram regulamentar a largura das calçadas à “altura das arcadas dos pórticos”, assinalar “as ruas que devem ser desde já abertas ou alargadas e retificadas”, estabelecer “novos alinhamentos” para os prédios, propor “[...] todos os melhoramentos que possam interessar à salubridade pública [...]” dando-se atenção especial ao “dessecamento dos terrenos e aterro dos pântanos”, e indicar “as regras essenciais que devam ser observadas na construção das habitações”. (IDEM, pp.140-142)

Ela também apresentou propostas para a parte sul da cidade e para uma grande avenida, semelhante à futura Avenida Central, que só foi construída no período republicano. O “processo civilizatório” estava em expansão. Era preciso reformar o espaço urbano, depurando-o de suas mazelas. A cidade deveria apresentar-se como uma “vitrine do progresso” (NEVES, 1986) diante do novo século que se aproximava, erradicando as epidemias e eliminando-se, conseqüentemente, as dificuldades para o comércio internacional e o intercâmbio com outros países.

Mas, somente com a República essas propostas foram viabilizadas. As medidas de saneamento das finanças, durante o governo de Campos Sales (1873-1902), facilitaram o estabelecimento de um programa ambicioso para a renovação da capital, no período presidencial de Rodrigues Alves (1902-1906). Em 15 de novembro de 1902, ele apresentou, em seu discurso de posse, um manifesto sobre as futuras obras que seriam realizadas para mudar o aspecto da cidade. Ressaltou a necessidade de sanear o Rio de Janeiro para atendimento ao “desenvolvimento econômico”, e concluiu destacando que “[...] a capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil [...]”. (ALVES, 1902)

Assim, as obras realizadas na cidade naquele período se vincularam também aos interesses do governo federal. A modernização do porto, por exemplo, facilitaria a circulação de mercadorias e dos imigrantes para suprir as necessidades de mão de obra das manufaturas emergentes. O prolongamento do Canal do Mangue e a abertura das avenidas Francisco Bicalho e Rodrigues Alves (ou Avenida do Cais) possibilitariam a ligação do porto com a área industrial do bairro de São Cristóvão. (IDEM, p. 206) Finalmente, esse conjunto de ações favoreceria o controle sobre uma região, correspondente aos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, que abrigava um contingente expressivo de setores marginalizados pela estrutura de poder. Foram nesses bairros que ocorreu, posteriormente, a Revolta da Vacina.

O símbolo das reformas Pereira Passos, embora não estivesse diretamente sob a responsabilidade da Prefeitura, mas sim do governo federal, foi a abertura da Avenida Central (atual Rio Branco). Uma grande reta fechando o retângulo formado, como já mencionado, pelas Avenidas Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e o Canal do Mangue. A Avenida Central cortava a parte insalubre e mais valorizada do centro do Rio de Janeiro. Ela possuía dois quilômetros de comprimento e trinta e três metros de largura, com amplas calçadas, numa cidade cujas ruas tinham a largura média de seis metros. O grande mérito da sua construção coube ao engenheiro Paulo de Frontin, nomeado por Rodrigues Alves para presidir a Comissão encarregada das obras, do desmonte de parte dos morros do Castelo e de São Bento, além da demolição dos prédios antigos, que permitiriam a sua abertura, e da fiscalização da edificação de novos prédios, cujos padrões deveriam ser similares aos europeus. (NEEDEL, 1993, pp. 58-66; BENCHIMOL, 1992, p. 227)

Novas vias complementaríamos o projeto de reformas do centro da cidade. A Prefeitura ficou responsável pela ampliação e criação de inúmeras ruas, tais como: Marechal Floriano, Visconde de Inhaúma, Treze de Maio, o alargamento da Rua da Prainha, que passou a se chamar Acre, por causa da anexação daquele território ao Brasil, em 1903, pelo Tratado de Petrópolis. Acrescente-se o desmonte do Morro do Senado e abertura das ruas Salvador de Sá e Mem de Sá, para facilitar o acesso ao bairro da Tijuca, o ajardinamento e arborização de praças e ruas, canalização de rios que corriam em Laranjeiras, Botafogo, Rio Comprido e Engenho Velho. Enfim, foi um projeto que modificou significativamente a face do Rio de Janeiro. (ABREU, 1988, p. 63)

O projeto de embelezamento da cidade foi completado com a abertura da Av. Beira-Mar que facilitou o acesso à zona sul, seguindo a linha da praia, desde a de Santa Luzia até a de Botafogo. Além de permitir um belo passeio, impulsionou a ocupação da orla marítima, em especial Copacabana, que teve o acesso facilitado a partir da abertura do Túnel Novo, inaugurado em 1906. Também se apresentaria como um “quadro paisagístico” para os passageiros dos navios que chegariam à Baía de Guanabara. (BENCHIMOL, 1992, p. 237)

Essas obras foram efetuadas a partir da destruição de milhares de casas, habitadas pelos setores mais humildes da população. Os argumentos para a defesa das reformas se pautavam na “regeneração” da cidade e também de trabalhadores que atuariam nas novas frentes de trabalho. Conforme Olavo Bilac, “[...] o trabalho está regenerando o Rio de Janeiro, transformando-o de vasta e lúgubre necrópole que era, em uma radiante e feliz colmeia”. (1996, p. 232) Quando terminou o “bota abaixo”, de Pereira Passos, em 1906, 1681 habitações foram demolidas. Essas demolições contribuíram para o estabelecimento das primeiras favelas, na parte central da cidade, com a ocupação dos morros da Providência, São Carlos e Santo Antônio, até então pouco habitados. (ROCHA, 1986, p. 69; PEREIRA, 1998, p. 163)

Bilac descreveu esse processo de demolição das construções coloniais como o término de um período caracterizado pelo “atraso”, porque a velha “cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam.”. Ele exaltava as “picaretas regeneradoras” como os instrumentos que viabilizariam o estabelecimento da

“higiene, do bom gosto e da arte!”. A nova Avenida deveria servir de “cenário suntuoso”, com “novos figurinos” que se caracterizariam por sua formosura e grandiloquência. (APUD SEVCENKO, 1983, p. 31)

O novo processo de remodelação arquitetônica das edificações não admitia mais as velhas construções, herdeiras de um passado colonial e escravista. Segundo Bilac, a Avenida deveria conter “prédios bem construídos, elegantes ou suntuosos. Casas tortas e feias, em ruas largas, são como vilões na corte: todos os defeitos se lhes exageram”. Mais adiante, elogiava o governo por estabelecer “[...] leis rigorosas para as novas construções e abrindo concurso de fachadas, cujo resultado excedeu as mais otimistas previsões”. (APUD SEVCENKO, 1983, p. 34)

Além da construção de várias casas comerciais, inúmeros prédios monumentais abrigaram órgãos governamentais que até hoje ainda refletem esse período da “*belle époque*” da cidade, como a Biblioteca Nacional, o antigo Supremo Tribunal Federal e hoje Centro Cultural da Justiça Federal, o Teatro Municipal e o Museu de Belas Artes. (REIS, 1977, p. 129) A Avenida, com suas calçadas amplas de sete metros, tornou-se o lugar privilegiado para o exercício da *flânerie* das elites, as quais poderiam apreciar as belas obras arquitetônicas.

A inauguração definitiva da Avenida Central ocorreu em 15 de novembro de 1905 (ABREU, 1988, p. 63; BENCHIMOL, 1992, p. 229)⁵, pavimentada com asfalto, iluminada por eletricidade, arborizada, com calçadas de mosaico português, com prédios símbolos da modernidade e dos padrões de civilização. A Avenida não somente renovaria os ares, saneando a cidade e imprimindo-lhe um novo perfil, mas também trouxe hábitos condizentes com o Rio de Janeiro de características francesas e com o *status* de capital moderna e cosmopolita. (NEDELL, 1993, p. 57)

A Avenida Central foi construída sobre os escombros produzidos pelo “bota abaixo” da velha cidade colonial, e se vinculava ao discurso moralizador e autoritário que visava a eliminar a herança escravista. Com sua abertura, operou-se uma verdadeira metamorfose no centro do Rio de Janeiro, mudando também os hábitos e aspectos do cotidiano da cidade. Foram eliminadas “velhas usanças” dos

⁵ Em 7 de setembro de 1904, seis meses após o início das demolições, o governo fez uma festa de inauguração, sobre os escombros das casas destruídas, de um percurso de 2 Km e a linha de bondes elétricos. Uma verdadeira “inauguração de ruínas” de um pequeno trecho da Avenida.

setores populares: os costumes e práticas vinculados à cultura popular foram condenados. Houve por exemplo a repressão à serenata, à boêmia, à capoeiragem, aos indigentes, prostitutas, enfim a todos os marginais nas áreas centrais da cidade.

O comércio popular foi duramente atingido. Em 1903, por exemplo, foi proibida a venda de miúdos de reses em tabuleiros pelas ruas e da ordenha de vacas leiteiras em vias públicas. A repressão e a fiscalização se dirigiram também a um contingente bastante expressivo dedicado ao comércio ambulante. Como Luiz Edmundo observou, o Prefeito declarou “guerra aos bacalhoeiros da Rua do Mercado, aos tamanqueiros do Beco do Fisco, aos mestres de obras que constroem no estilo compoteira e outros autores do atraso nacional”. (EDMUNDO, 1957, vol. 1, p. 31) A prefeitura criou também mecanismos para a captura de cães que perambulavam pelas ruas, estabelecendo obrigatoriedade de matrículas dos animais. Conforme as palavras de Pereira Passos, era vital apanhar e extinguir “milhares de cães, que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente e isso com grave prejuízo da segurança e moral públicas”. (BENCHIMOL, 1992, pp. 278-279)

A Prefeitura empreendeu uma verdadeira “guerra” aos quiosques, que serviam de locais de encontro dos segmentos populares, mas que, para as elites, tornaram-se “um insulto”, uma “provocação”, em desacordo com o “sopro civilizador que tombou sobre a cidade no começo do século XX”. Luiz Edmundo destacou, de uma forma depreciativa, as práticas “indignas”, que ocorriam nesses pontos de reunião:

Estão os fregueses do antro em derredor, recostados, à vontade, os braços na platibanda de madeira, que sugere um balcão; os chapéus derrubados sobre os olhos, formando e cuspiendo o solo. Cada quiosque mostra, em torno, um tapete de terra úmida, um círculo de lama, Tudo aquilo é saliva. Antes do trago, o pé-rapado cospe. Depois, vira nas goelas o copázio e suspira um ah! Que diz satisfação, gozo e conforto. Nova cusparada. E da grossa, da boa... Para um cálice de cachaça há, sempre, dois ou três de saliva. A obscenidade vem depois. (1957, vol. 1, p. 115)

As práticas de cuspir nas ruas e urinar fora dos mictórios foram reprimidas por decretos, pois visavam a higienizar a cidade. Para que tais medidas fossem eficazes, construíram-se escarradeiras e banheiros públicos. (BENCHIMOL, 1992, p. 285) Enfim, buscava-se não só corrigir o espaço físico, mas imprimir uma nova feição ao cotidiano da sociedade, alterando, inclusive, o comportamento das pessoas e

estabelecendo novos valores apoiados nas ideias de progresso e civilização. Assim, esses projetos se inseriam na disseminação de normas, afinadas com as mudanças que ocorriam na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Afinal, o mundo da ordem, respaldado pelas ideias de progresso, precisava apresentar um quadro organizado que refletisse os novos tempos, os quais não admitiam o mundo da desordem – dos capoeiras, dos negros e brancos pobres. Os novos ares “civilizados” da capital do país deveriam desmontar e sepultar a cidade colonial e negra, identificada com a escravidão.

As elites desejavam preservar os arredores da Avenida Central para a “boa sociedade”, que frequentava os cafés e confeitarias “chics”, nos moldes europeus. Olavo Bilac, ao observar as manifestações de alegria de “romeiros”, que vinham da festa da Penha, aboletados numa carroça que passava pela Avenida Central, demonstrou toda a sua insatisfação em virtude do que ele denominou “monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbárie – era uma idade selvagem que voltava, como uma alma do outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da idade civilizada”. (CRÔNICA, in KOSMOS, OUTUBRO DE 1906) Afinal, a nova avenida não poderia servir de palco para a choldra que “maculava” aquele espaço, ícone do progresso e da civilização.

As inúmeras proibições, que atingiam diretamente os setores populares, refletiam as tentativas de imposição de um padrão de comportamento distanciado da realidade brasileira, como a lei obrigando as pessoas ao uso de paletó e sapatos, quando viessem ao centro da cidade. Essa medida era justificada para por “termo à vergonha e à imundície injustificáveis dos em mangas-de-camisa e descalços nas ruas da cidade”. Alguns órgãos da imprensa enfatizavam que essas normas trariam os ares do progresso e da civilização, afastando, segundo o seu ponto de vista, “uma súcia de cafajestes em pés no chão (sob o pretexto hipócrita de pobreza quando o calçado está hoje a 5\$ o par e há tamancos por todos os preços) pelas ruas mais centrais e limpas de uma grande cidade...”. E mais adiante, o cronista idealizava o Rio de Janeiro europeu: “na Europa ninguém, absolutamente ninguém, tem a insolência e o despudor de vir para as ruas de Paris, Berlim, de Roma, de Lisboa, etc..., em pés no chão e desavergonhadamente em mangas de camisas”. (“Ça Marche”, REVISTA FON-FON, 24 de junho de 1909, apud SEVCENKO, 1983, pp. 33-34)

A cidade deveria refletir a imagem de um novo país, que estava ingressando no patamar das nações civilizadas, com um cosmopolitismo profundamente identificado com a cultura francesa, em especial parisiense. Portanto, a política repressiva às manifestações tradicionais, assim como a condenação aos hábitos e costumes populares na área central da cidade, vinculava-se diretamente aos interesses das elites. Assim, o “Rio civilizou-se” porque possuía um “*boulevard*” digno da “Cidade Maravilhosa” e “coração do Brasil”, imortalizada na marchinha carnavalesca de André Filho, em 1936. Era um país que rompeu com o passado e olhava o futuro com otimismo. Passados mais de cem anos, a Avenida Central, hoje Rio Branco, mantém, apesar de todo o processo de esgarçamento do tecido social, a beleza e o simbolismo adquiridos no início do século XX.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1- FONTES

ALVES, Francisco de Paula Rodrigues. “Manifesto Inaugural, 15 de novembro de 1902”. IN *Câmara dos Deputados. Documentos Parlamentares. Nove Mensagens Presidenciais. 1890/1910*. Brasília: Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. 1978.

BILAC, Olavo. “*Vossa Insolência: crônicas*.” IN Dimas, Antônio (org.). São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____. “Crônica”, *Revista Kosmos*, v. 1, março 1904.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Trad. de Jamil Almansur Haddad, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. Trad. de Afonso Arinos de Melo Franco, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

LEITHOLD, T. Von. “Minha Excursão ao Brasil, ou viagem de Berlim ao Rio de Janeiro e volta”. In LEITHOLD, T. Von & RANGO, L. Von. *O Rio de Janeiro visto por dois Prussianos em 1819*. Trad. de Joaquim de Souza Leão Filho, São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1966.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Edit. da UNB, 1988.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Trad. de Sérgio Milliet, Rio de Janeiro: Martins, 1967.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Trad. de Bertholdo Klinger, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. 2 vols.. Trad. de Regina Régis Junqueira, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985.

2- BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 2^a ed., Rio de Janeiro: Iplan/Zahar, 1988.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Vida Privada e Ordem Privada no Império”, in *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Cia. das Letras: 1997.

BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BENJAMIN, Walter. “A Paris no segundo Império em Baudelaire”; “Paris, capital do século XIX”. In KOTHE, Flávio. *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras: 1990.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2^a ed., Rio de Janeiro: Graal, 1983.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 5 vols., 2^a ed., Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

KARASCH, Mary C.. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. 2 vols., Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2^a ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. de Celso Nogueira, São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

NEVES, Margarida de Souza. *As Vitrines do Progresso*. Rio de Janeiro: PUC, 1986.

NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. *As Freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

PEREIRA, Sonia Gomes. *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 1998.

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

ROCHA, Oswaldo Porto da. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Recebido em 23 de dezembro de 2015.

Aceito em 30 de dezembro de 2015.